

CONCEITOS

COM QUANTOS CONCEITOS SE FAZ UMA BIOGRAFIA DO BRASIL*

Preparamos aqui uma espécie de guia acerca de uma série de conceitos úteis para entender nossa história e o percurso dessa biografia. A ideia é que você e seus alunos “experimentem” a teoria de maneira viva, atual e participativa. Não existe teoria que afaste. Ela só tem importância e interesse se caminhar junto com a história.

Abraços,
HELOISA e LILIA

I. REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

A expressão latina *res publica* retoma o sentido e a história das instituições romanas. Mas o termo que lhe serve de referência — *politeia* — é grego e procura dar conta da formulação de uma constituição ou regime político, de natureza inclusiva e plural, formado por homens livres, ricos e pobres, empenhados numa vida partilhada entre todos os segmentos da comunidade. Foi o termo *politeia*, nome de uma obra de Platão, que Cícero traduziu para o latim *res publica*. Tanto para Aristóteles quanto para Platão, a palavra *politeia* designa

* Não deixe de conhecer o vídeo em que as autoras debatem esses conceitos no link: <<http://bit.ly/videosbrasilumabiografia>>.

o gênero do regime político e a disposição virtuosa do cidadão, seu direito de viver na pólis e dela participar em plena liberdade e independência.

Res publica, por sua vez, é o concentrado de dois significados substanciais e ambíguos: o primeiro deles, de uso mais largo, faz referência à natureza política de uma comunidade que se agrega em vista do bem, do direito e do interesse comum; o segundo, de aplicação mais restrita, acentua a caracterização de um regime de governo que confirma no exercício da política a boa administração da coisa pública, da esfera dos interesses comuns.

O republicanismo — a linguagem política da República — não se organiza como um corpo único de pensamento. Seus temas se referem a um conjunto variado de experiências históricas muito distintas umas das outras no tempo e no espaço: a República romana e a experiência do humanismo cívico nas cidades italianas do Renascimento — Florença e Veneza. Já nas primeiras décadas do século XVII, o republicanismo inglês se manifestou no interior dos movimentos de protesto contra o reinado dos Stuart, depois cresceu no processo das guerras civis e acabou assumindo plena expressão após o regicídio, em 1649. Na América do Norte, por sua vez, o republicanismo se desenvolveu no século XVIII, durante o processo revolucionário que começou com a luta entre os colonos da América inglesa e a Grã-Bretanha, e terminou com a ratificação da emenda da Constituição nacional. E, finalmente, na França, o republicanismo teve início nas primeiras décadas do século XVIII e encontrou na Revolução de 1789 seu marco mais expressivo — mas não sua origem ou consolidação —, e se estendeu até a implantação da “Terceira República”, na década de 1870.

Hoje em dia o republicanismo se ancora em três pontos principais. Em primeiro lugar, por fazer da comunidade política e do exercício da cidadania referências fundamentais, tornou-se marco incontornável na definição da condição de liberdade do homem moderno. O segundo ponto importante: a consideração da lei, a formulação dos critérios de justiça e as regras do ordenamento jurídico são o fundamento da República. Por fim, o terceiro ponto: a referência à ideia do bem comum, vale dizer, a convicção de que aquilo que decidimos fazer em comum para o nosso bem é resultado da ação direta dos homens e não produto de mecanismos invisíveis como o mercado. Por essas e outras é que o republicanismo se converteu numa linguagem para pensar e fazer a política — não é um programa nem apresenta um modelo fixo de respostas para o exercício do poder. Propõe uma grade de conceitos, uma ordenação de valores, uma imaginação própria.

O republicanismo dá ênfase à responsabilidade pública do cidadão; a sua participação na comunidade política; à formação de uma cultura pública como imprescindível para proteger a sociedade e as instituições políticas do perigo da corrupção e das ameaças ao exercício da liberdade. Essa cultura requer uma comunidade de valores, a noção do bem público e a presença política do cidadão.

II. DEMOCRACIA

Essa forma radicalmente nova de convivência política foi inventada em Atenas há mais ou menos 2500 anos. A palavra “democracia” vem de dois substantivos gregos, *demos* e *kratros*, e, como costuma acontecer com as palavras, seu significado é ambíguo. *Kratos* significa força, solidez, capacidade de se afirmar. Também serve para nomear o poder soberano, isto é, o poder atribuído àquele sujeito que determina as escolhas públicas numa comunidade política. Já *demos* designa genericamente “povo”, e a primeira dificuldade da democracia foi saber quem é o povo e quem faz parte dele. Afinal, na cidade democrática grega, “povo” podiam ser os homens adultos, livres, residentes e autóctones — os membros da comunidade política, os cidadãos da pólis. Mas também servia para indicar a parcela necessitada e não nobre da sociedade. Essa era a parte mais numerosa e, portanto, a maioria dos habitantes da cidade. Por conseguinte, *demos* designava o conjunto dos cidadãos e expressava tanto o poder de tomar decisões vinculativas para todos quanto o governo tumultuário da multidão e para a multidão.

Modernamente, democracia significa “poder do povo” — vale dizer, o cidadão comum é soberano, concede partes limitadas dessa soberania para o indivíduo, ou partido, que governa, de preferência, através de eleições. Concentra o restante nas suas mãos e espera que sua voz e opiniões mereçam ser ouvidas. Por conta disso, as noções de igualdade e liberdade permitem distinguir governos democráticos daqueles que não o são e formam os dois princípios nos quais se inspira e se sustenta a democracia.

A democracia é uma forma de governo definida por um conjunto de regras que estabelecem a quem cabe decidir e com base em quais procedimentos. O sistema pode receber um vasto leque de direcionamentos políticos diversos e não suporta em nenhum caso ser enrijecida por uma verdade oficial indiscutível. Ao contrário, a democracia institucionaliza tanto a possibilidade de mudar quanto o conteúdo dos temas e valores que precisam ser debatidos por todos os cidadãos. Por isso, a democracia é antidogmática por excelência e reivindica para todo cidadão o direito de pensar de modo diverso sobre qualquer tema ou problema. A tolerância é um dos princípios do mundo público, e nos ajuda a entender a democracia também como uma forma de convivência política, fundada sobre um núcleo de valores que constituem sua precondição de existência: a liberdade de não ser detido arbitrariamente e poder movimentar-se sem restrição; a liberdade de se expressar, manifestar e difundir o próprio pensamento e opinião pessoal; a liberdade de se reunir, dissentir e protestar coletivamente; a liberdade de se associar e de criar organismos coletivos como os sindicatos e os partidos políticos.

Mas, além de uma forma de governo e de convivência na pólis, a democracia é também uma forma de sociedade que faz da igualdade política entre

peças com interesses e objetivos diferentes seu grande motor de transformação. E, nesse caso, é preciso acrescentar o plebeísmo como seu ideal normativo. O plebeísmo é um ideal de extensão da cidadania cuja ênfase recai sobre o direito de participar. Trata-se de uma espécie de franquia da cidadania que se orienta pelo critério de inclusão — seu propósito é o de estender a cidadania a um grande número de pessoas, a despeito das diferenças que houver entre elas, sejam de status, classe social, etnia, gênero, religião etc.

Como se vê, a democracia é principalmente uma ideia ética, jurídica e política: faz da igualdade de condições o grande motor de transformação da sociedade moderna, oferece transparência e visibilidade ao poder — o poder que ficava oculto dentro dos palácios vai para a praça pública, vai para o centro da aglomeração urbana —, e seu avanço é provocado pela conquista e expansão do catálogo de direitos. Ela é também um valor que deve ser ampliado ao maior número de campos da experiência humana. Por fim, a democracia é reinvenção permanente da política. É preciso liberar a imaginação política e expandir seu horizonte para além das suas formas tradicionais e conhecidas. Apostar na democracia significa apostar não num mundo utópico, mas num mundo que permita as utopias.

III. CIDADANIA

Apesar do conceito de cidadania ser central na agenda intelectual e política das sociedades contemporâneas, não existe uma definição consensual ou mesmo análises definitivas de sua história. Existe, de fato, uma história de longuíssima duração, uma vez que, se a palavra “cidadão” vem do latim *civitas*, o conceito remonta à Antiguidade, e na civilização grega adquiriu os significados de liberdade, igualdade e virtudes republicanas, ainda hoje a ele associados. O ponto inicial dessa história do conceito de cidadania pode ser localizado nas primeiras páginas do livro III da *Política* de Aristóteles. O filósofo divide o problema em dois: quem é o cidadão; quem ou qual pessoa deve ser chamada de cidadão. À primeira pergunta, Aristóteles responde que “ser cidadão” significa ser titular de um poder público não limitado e participar de modo estável do poder de decisão coletiva. Já para a segunda questão, os critérios parecem mais restritos, limitando-se a um pequeno número de homens, excluídos aqueles que viviam do próprio trabalho, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Já a construção e elaboração jurídica da categoria cidadania tem uma origem mais propriamente romana. Há quem sustente que o termo latino *civis*/cidadão não teria equivalentes fáceis em outras línguas indo-europeias, e garantiria os direitos dos indigenatos (dos nativos) frente aos estrangeiros. E quais seriam os direitos que permitiam distinguir o cidadão? Constituir

família, ter servos e libertá-los (conferindo-lhes, assim, cidadania), contrair obrigações, votar decidindo sobre a paz, sobre a guerra e sobre a criação de magistrados, ser eleito nas magistraturas.

A história de Roma é acompanhada pela extensão nos critérios de cidadania e de *civitas* romana, até porque os direitos seriam conferidos, com o tempo, a todos os habitantes do Império. O importante é que aos poucos caía a distinção que ligava cidadania à origem, e com ele se abria mão igualmente da referência a elementos naturais como sangue e solo. Com isso, a atribuição ganha significados mais amplos e cada vez mais negociados. Tais direitos de cidadão podiam, assim, ser adquiridos, mas, na mesma medida, perdidos. O grau máximo era a redução à escravidão de um homem livre, e em seguida a condenação penal, que correspondia à morte da personalidade jurídica do indivíduo. Famosa é a citação de Aristóteles: “Um homem sem cidade, sem cidadania, não é propriamente um homem, mas um deus ou um animal, ou uma ‘coisa animada’, tal como é o escravo”.

O conceito foi também identificado com o surgimento do burguês no mundo medieval, sendo que nas passagens para a modernidade, a ideia de cidadania adquire fundamentos filosóficos modernos, em especial na tradição conhecida como contratualista, destacando-se nesse sentido as obras do inglês John Locke (1632-1704) e do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-78). É com eles que a ideia de um “contrato” firmado pelos cidadãos com o Estado ganha importância. Com essas concepções, ganharia força a noção de “direitos dos homens” e o conceito de “jusnaturalismo”. O Estado de Natureza aparece então como condição da liberdade individual dos homens; uma circunstância de certa maneira precedente à formação da comunidade política. Não por acaso um documento icônico de época, e fortemente influenciado pelos teóricos da ilustração, é a Declaração Francesa de 1789, que estabelece “que os homens nascem e permanecem livres e iguais em seus direitos”. A liberdade individual, no mundo moderno, não dependia mais da “pertença” a uma comunidade — ao contrário, a precedia e condicionava —, e a modernidade vê nascer o “indivíduo” como categoria jurídica.

Assim, junto com o desenvolvimento da modernidade, o conceito e a prática social da cidadania ganharam papéis decisivos. Por outro lado, diante do fortalecimento da urbanização, do espetáculo das ruas e da multidão a circular nelas, a luta pela cidadania associou-se à dos direitos civis e foi embalada pelos movimentos sociais que estouravam pelo mundo afora, a partir dos anos 1970. A ideia de cidadania parecia, então, se associar ao exercício pleno num Estado de direito. Ao exercício do convívio entre iguais e em sociedade, mas também ao exercício de diferenças, e de diferenças entre iguais.

E, se não existem conceitos estáveis, é possível fazer uma aproximação ao tema, chamando cidadania, na definição da socióloga Elisa Reis, de uma “identidade social politizada”. Cidadania envolve modos de identificação in-

tersubjetivos entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em mobilizações, confrontos e negociações cotidianas: práticas e simbólicas.

Cidadania é, assim, uma noção construída coletivamente e ganha sentido nas experiências tanto sociais quanto individuais. Tão dinâmica como as sociedades que a ensejam, a cidadania vai adquirindo significados distintos atribuídos pelos atores sociais nas suas interações e contendas diversas. Essa expansão no tempo e no espaço não quer dizer, porém, que a dinâmica da cidadania se processe numa linha reta e sucessiva, em que as conquistas mais recentes anulam ou tornam desnecessárias as anteriores. Na verdade, a cidadania permite avanços e recuos; novas retomadas. Se antes cidadania era ligada à pertença, passou para a égide e para o exercício dos indivíduos, para regressar, modificada, como uma agenda de grupos, que declaram e defendem sua diferença. Essa é, assim, uma história que se instaura combinando mudanças e persistências, criatividade e reposição de problemas, modernidade com atraso, inclusão com exclusão.

IV. IDENTIDADE

Atualmente não há conceito mais acionado (e castigado) que o de identidade: todo mundo tem uma ou sente falta de alguma. Mas identidades não são conceitos essenciais, no sentido de serem fixos, rígidos e imutáveis. Ao contrário, identidades são construções sociais relativas, contrastivas e situacionais. Elas são relativas, pois sempre existem “em relação” a outros elementos. Ou seja, somos brasileiros quando no exterior, mas paulistas, mineiros, baianos, pernambucanos, paranaenses ou paraenses — e assim por diante — quando estamos no nosso país. Por outro lado, se estivermos nos nossos estados, diremos que somos de uma cidade; se estivermos nessa cidade, nos identificaremos com o bairro e assim vamos longe. Isto é, sempre negociamos identidades e também de forma contrastiva: tudo depende de quem está na frente e o que essa pessoa ou situação representam. Não raro “embranquecemos ou escurecemos” nossa cor, dependendo de onde parte a pergunta, e o mesmo vale para credos religiosos ou políticos. Por isso mesmo, emitimos respostas sempre situacionais, no sentido de que elas variam em função do contexto em que nos situamos.

Sendo assim, identidades nada têm a ver com a constância da natureza. São, como a cultura, uma segunda natureza. Representam, pois, respostas políticas a determinadas demandas e circunstâncias político-sociais, e são dinâmicas como são diversas as situações de conflito ou de agregamento social. Porque é política-social, também sua força ou fragilidade dependem das inúmeras mobilizações e confrontos cotidianos. Por isso, identidades variam

conforme a “agência” — o uso, a mobilização — que se faz delas. Diferentemente do que se pensa, a comunidade se une como grupo, e depois dele é que se criam sentidos e políticas identitárias; não o contrário. Por isso mesmo, identidades têm sido tão usadas. Identidades de gênero, de região, de religião, de classe, de raça e até de geração.

Mas nem tudo é racional e premeditado nesse “jogo da identidade”. Identidades produzem afetos, mobilizam emoções e não raro são fermento para a constituição de movimentos nacionalistas. É claro que existem identidades referidas apenas ao indivíduo em sociedade. Mas não se pode esquecer como grupos e até nações constroem verdadeiras memórias coletivas a partir da seleção — contrastiva — de determinados elementos em detrimento de outros. Os suíços seriam pontuais; os franceses, filosóficos; os ingleses, meticolosos; os japoneses, precisos e os brasileiros... “malandros”. Como identidade não é natureza, nada garante que nos conformemos com esses esquemas, que são antes construções coletivas feitas de dentro para fora e de fora para dentro. É dessa maneira, ainda, que se inventam sentimentos de pertença e de unidade. Aí estaria, inclusive, a importância da cultura, da história e dos processos simbólicos como dimensão crucial na concepção e na montagem das identidades.

Não há nada de essencial nos jogos identitários. Eles são sempre como o reflexo do espelho: ao mesmo tempo que difundem, criam novas formas de se entender e familiarizar o outro; de reconhecer nações, mas também de estranhá-las.

V. PRECONCEITO RACIAL

O racismo é um tema da nossa agenda atual, infelizmente marcada por ódios calcados em origem, fenótipo, religião e etnicidade. O racismo se distingue de outros fenômenos de hostilidade pelo fato de identificar pessoas e grupos pelo que *aparentam*, não pelo que *fazem*.

É possível afirmar, em primeiro lugar, que a descoberta da diferença entre os homens é tão antiga quanto a humanidade. Faz parte de qualquer percepção coletiva, e não existe sociedade que deixe de emitir juízos acerca das variações presentes entre os grupos, tais como cor de pele, etnias, gerações, gênero e origens. Sociedades constroem linguagens próprias, e pode-se afirmar que a percepção da diferença, assim como a formação de discursos hierarquizados, fazem do racismo uma espécie de gíria local, mas também verificável em diversos locais e épocas.

No entanto, e em segundo lugar, se de um lado a percepção de diferença entre os homens é comum à humanidade, não se pode por isso concluir e derivar que o racismo seja um fenômeno inato, e muito menos único. Na

verdade, estamos diante de um tipo de manifestação social que se altera na história e nos diferentes contextos. Analisando dessa maneira, o racismo só pode ser entendido como um fenômeno social e plural: como racismos. Se essa é sempre uma forma de discurso perverso, que desiguala e desmerece o “outro” — e nesse sentido não existem racismos “melhores” que outros; são todos perversos —, também não se pode criar uma régua única. Tanto que racismos variam no tempo e no espaço, assim como seus alvos mudam sempre: mulheres, negros, ciganos, judeus, palestinos, armênios, homossexuais, curdos, tutsis e as minorias de uma forma geral. A Antiguidade greco-romana chamou de “bárbaros” todos aqueles que não eram eles próprios; colonizadores europeus do século XVI denominaram de “primitivos” os que julgaram serem os “novos habitantes das Américas”; assim como a cristandade e a Igreja ocidental classificaram de “hereges” todos os que não seguiam sua própria fé. Em geral, e como narra o famoso mito grego, “Narciso acha feio o que não é espelho”, da mesma maneira que o etnólogo francês, Claude Lévi-Strauss, em seu livro *Raça e história*, concluiu que “bárbaro é aquele que acredita na barbárie”.

Por isso mesmo o racismo, como conceito, é um marcador social de diferença, paralelo a outros, como classe, gênero, região, sexo, geração. Marcadores são, assim, repertórios de categorias ambivalentes, que, na mesma medida que traduzem hierarquias sociais, repõem novas ambiguidades estéticas, acusatórias e afetivas.

Racismos funcionam, ainda, como “identidades continuadas”, no sentido de que novas formas de diferença vão sendo sempre repostas. São também sinalizadores emocionais. Sua eficácia prática depende da manipulação de conteúdos sensíveis, da contraposição de grupos, da naturalização de estereótipos, da repetição de conteúdos, da reiteração de imagens. Não à toa que a iconografia e a propaganda midiática sempre foram recursos de propagação de políticas raciais, preocupadas em comover almas, a partir do uso de exemplos retirados do folclore, do imaginário popular, mas também da ciência.

Por fim, o racismo é também uma forma de classificação social, que se utiliza, muitas vezes, de um vocabulário de tons de pele, transformados em cores sociais. Sabemos que uma pessoa considerada negra num país não o será em outro; o mesmo ocorre com a cor branca e suas variações. Não raro nos Estados Unidos ainda se evocam conceitos herdados do modelo do *one-drop blood* — adotado no início do século XX por alguns estados do Sul para definir qualquer pessoa vinda da África Subsaariana —, cuja “origem”, e não a aparência, definem a raça da pessoa. Já no Brasil, não raro enriquecer significa embranquecer, assim como “casar bem” significa unir-se a alguém mais branco, numa clara demonstração de como no país é ainda vigente um “preconceito de marca”, pautado em aparência externa. Há também outros casos contrastivos, como o da França, que aboliu oficialmente a classificação racial

— num modelo de *no race* —, por considerar que ela apenas reforçaria o preconceito. Mesmo assim, sabemos como tais critérios são ainda vigentes naquele país na hora de avaliar os grupos imigrantes. Interessantes são as considerações de imigrantes africanos que descobrem que são “negros” quando deixam suas pátrias e passam a viver em países do continente europeu ou norte-americano. Nos seus respectivos países jamais se definiriam pela sua cor, mas sim pelo seu local de nascença ou grupo de pertença. Classificações raciais não são, pois, termos ingênuos ou meramente exteriores. Têm o poder de impactar o comportamento humano, e produzem mecanismos no sentido de ranquear grupos sociais.

O conceito biológico de raça, hoje sabemos, não se sustenta. Os estudos provam que raça é apenas um conceito estatístico, e não pode ser defendido como uma noção fixa ou natural. Mas, se não existe raça como conceito biológico e só há uma humanidade, o conceito tem sido, infelizmente, recriado no nosso dia a dia, e, nesse sentido, existe sim “raça social”: a maneira como os homens usam o conceito com fins políticos, econômicos e sociais.

Talvez por isso sua definição seja tão difícil e permeada por ambivalências. Até porque é usado, às vezes, como critério de integração; em outros momentos, como forma de distinção e exclusão. Seu paradoxo reside, pois, nesse jogo entre continuidade e descontinuidade; formas que lembram um modelo único, mas são transformadas na história, em contexto e politicamente.

VI. FONTES HISTÓRICAS

Fontes são documentos contemporâneos aos fatos e manipulados pelo historiador por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas, para investigar o que aconteceu com os outros. Conversar com os mortos, penetrar num tempo que não é o seu, abrir portas e escarafunchar gavetas que não lhe pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas e fazer novas perguntas a uma sociedade que se desintegrou séculos atrás são parte do ofício de historiador. Claro que sabemos que há sempre o “medo do anacronismo”: o receio de ir ao passado munidos com questões (e dados) do presente. Mas se esse é um fantasma bom de ser reconhecido — quase incontornável —, isso não quer dizer que não devemos nos “espantar” com ele. Afinal, o passado é mesmo uma “pátria distante”.

Por conta disso, a diversidade de fontes é enorme. Fontes podem ser documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais. Podem ser cartas e diários; pronunciamentos e discursos; testamentos, inventários, registros paroquiais; sentenças, autos, relatórios produzidos pelo poder Judiciário, pela polícia ou por órgãos de repressão política; textos literários, jornais, panfletos, anúncios; canções, filmes, fotografias e obras de arte. Fontes

são, assim, todos os materiais capazes de apontar onde sobrevive um traço do passado.

Fontes também têm historicidade. Elas são renovadas e recriadas na relação que o historiador mantém com seu tempo e com a sociedade que o abriga. Por essa razão, o uso de determinadas fontes — audiovisuais ou orais — é recente: como a imagem em movimento, a fotografia, a canção popular. Hoje, é possível dizer que lembramos por imagens — tal a invasão da iconografia no nosso cotidiano. Por isso também, não há como lidar com esse tipo de fonte como se ela fosse “ilustração” — no sentido de dar lustro — ou mero “reflexo” da realidade. Na verdade, as aquarelas, desenhos, pinturas, fotos inundaram nosso dia a dia de forma que elas se comportam mais como *produtoras* de realidades, costumes e motivações que *produtos* imediatos. Assim, é preciso “ler imagens” com a mesma seriedade que lemos um documento escrito; descobrimos seus autores; recepções e usos.

Foi próprio do final do século xx deslocar a história do insulamento das especialidades profissionais. No início do século xxi, a questão ganhou um colorido e uma urgência mais visíveis: a constatação de que o conhecimento é dinâmico, virtual, global e mutável. A imaginação e a multiplicidade das fontes são dois predicados importantes na composição de uma escrita da história para o nosso século. Esses predicados são capazes de flexibilizar o campo da história, transbordar os limites estreitos da especialização e convidar o historiador a travar novos diálogos.

VII. MEMÓRIA

História e memória são perspectivas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou se complementam. Além de haver algo sempre inabordável no passado, esse é invariavelmente um território de embate, de disputa, de desavença muitas vezes dramática. Não há acordo fácil entre suas perspectivas de entendimento: nem sempre a história consegue acreditar na memória; a memória, por sua vez, desconfia profundamente de qualquer procedimento de reconstituição do passado que não traga no seu centro os direitos da lembrança — direitos de vida, de rememoração da experiência e de subjetividade.

Os procedimentos da memória para reconstituição do passado estão sustentados na revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, e no do reconhecimento de uma dimensão subjetiva, como algo vivido e que se transmite. Já as operações de método da história são um problema para a memória: elas se limitam a apresentar o que seria um resultado aceitável na reconstituição de determinado episódio ou momento do passado, um conjunto de hipóteses, mas não trazem (ao contrário da memória) nenhuma certeza.

A memória é também o presente do passado e faz com que o passado se torne presente. O que o escritor Marcel Proust capturou na memória foi esse seu poder de atualização, sua abertura ao presente e ao futuro. O que ele quis dizer com isso?

Em primeiro lugar, que aquilo que o tempo da memória deixa entrever é sua atualização: o movimento do passado em direção ao futuro e do futuro de volta ao passado. E isso acontece ainda que o relato seja estritamente pessoal e faça referência a acontecimentos nos quais apenas um indivíduo esteve envolvido. “Se eu não tivesse nome/ se eu não tivesse história/ se eu não tivesse livros/ se eu não tivesse família”, narra Philip Glass numa de suas canções, “eu provavelmente estaria frio/ e agora estou congelando/ congelando”.

Em segundo lugar, a atualização faz parte da memória. O vínculo da memória com a experiência representa o “presente do passado”. Já a esperança, o vínculo da memória com a utopia, é o “presente do futuro”.

Já na sua origem, nossa tradição ocidental considerava o esquecimento a mais dolorosa das experiências humanas. Irmão da morte e do sono, os gregos mencionavam o esquecimento como a verdadeira morte; ele é o portador do silêncio. Afinal, o próprio verbo esquecer, em grego, é ambíguo — eu me esqueço também pode ser entendido como eu me escondo. Já a memória remete à nossa capacidade de recuperar algo que foi esquecido. É uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal. Ela não é passiva, uma vez que representa a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentados. Tem algo a ver com o passado, mas também com a construção de identidades coletivas e, assim, com a própria persistência no futuro. A memória seria nosso derradeiro patrimônio, parte da nossa fantasia, da nossa aspiração de viajar em sentido inverso ao da morte. A força mágica da memória, por assim dizer, reside na recordação. Não podemos dominar o passado, mas podemos nos reconciliar com ele. Não se esquecer de lembrar significa lembrar-se do passado; refletir sobre o presente e não se esquecer do futuro.